



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação profissional.

A PRECARIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

MARIA JOSE DE OLIVEIRA LIMA¹
ORLINEYA MACIEL GUIMARAES²
LUCIA REGINA TANAKA BOVO³

Resumo: Este trabalho traz reflexões sobre a atual situação do Ensino Superior brasileiro, tendo objetivo de contribuir para o debate sobre a expansão do ensino superior brasileiro, focando as políticas implementadas pelos governos brasileiros. Baseado em estudos teóricos, verificou-se correlações que sustentam as mudanças e que têm intensificado a sua precarização, destacando a ofensiva neoliberal enquanto instrumento balizador das políticas educacionais na contemporaneidade. A discussão parte das particularidades do processo formativo do assistente social frente às configurações assumidas pelo ensino superior. Compreende-se que o cenário atual impõe desafios à construção de uma educação superior que efetive a qualidade da formação profissional.

Palavras-Chave: Ensino superior; precarização; serviço social.

Abstract: This work reflects on the current situation of Brazilian Higher Education, aiming to contribute to the debate on the expansion of Brazilian higher education, focusing on the policies implemented by the Brazilian governments. Based on theoretical studies, correlations were verified that sustain the changes and that have intensified their precarization, highlighting the neoliberal offensive as a tool for curbing educational policies in the contemporary world. The discussion is based on the particularities of the social worker's formative process in the face of the configurations assumed by higher education. It is understood that the current scenario poses challenges to the construction of a higher education that makes the quality of vocational training effective.

Keywords: Higher education; precariousness; social service.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho é resultado de reflexões teóricas sobre a precarização do ensino superior no Brasil e as consequências para a formação profissional do assistente social. O objetivo principal deste estudo é o de contribuir para o

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista. E-mail: <mj.oliveiralima@yahoo.com.br>

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Paulista.

³ Profissional de outras áreas. Universidade Estadual Paulista.

debate sobre a expansão do ensino superior brasileiro, tendo como foco as novas políticas de inclusão implementadas pelo governo, sua precarização e os reflexos para a formação profissional do assistente social.

A Globalização traz consigo grandes desafios em todos os sentidos na área tecnológica, no comportamento humano, nos relacionamentos interpessoais e nas mudanças dos paradigmas existentes. Certamente as reflexões acerca destes paradigmas estão transformando vários conceitos, principalmente na questão da formação de cidadãos críticos, reflexivos e que dominem ou tenham acesso ao conhecimento global e o papel do indivíduo na sociedade. Como podemos pensar a relação didático-pedagógica sem que nossa forma de pensar a educação não se torne algo fragilizado e sem sentido?

Numa sociedade em que se separam os que detêm e os não detêm os meios de produção, o conhecimento torna-se propriedade privada de uma classe política e economicamente favorecida. Neste contexto pode-se observar a essência do capitalismo: “O trabalhador não pode ter o meio de produção, nem deter o saber; mas sem ele, também não pode produzir, porque para transformar a matéria precisa dominar algum tipo de saber” (SAVIANI, 2000, p. 163). Assim sendo, o ato de aprender torna-se indispensável para participar do processo de produção, haja vista a questão da informatização dos processos produtivos.

Considerando a ideologia neoliberal, o indivíduo tem a necessidade de acumular competências para garantir uma melhor posição e um *status* dentro do mercado que, ainda, lhe garanta a empregabilidade, ou seja, quanto mais qualificado, competência e excelência mais bem sucedido no mundo do trabalho.

A partir da globalização pode-se entender a questão da educação como indispensável para o desenvolvimento econômico de um país e, assim, permite que este aspecto do crescimento seja uma aspiração de todos os cidadãos.

Na II Conferencia Mundial sobre Ensino Superior 2009, denominada: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social, realizada em Paris, pode-se verificar a preocupação

da expansão do Ensino Superior que a define como “um bem público” e a necessidade de formação de professores com habilidades para o século XXI:

10. A sociedade do conhecimento precisa de diversidade nos sistemas de educação superior com uma gama de instituições que tenha uma variedade de ordens e abranja tipos diferentes de alunos. Além de instituições públicas, o ensino superior privado que busca objetivos públicos desempenha um papel importante.

11. Nossa habilidade em atingir as metas da EPT depende de nossa habilidade de suprir a carência mundial de professores. A educação superior deve atualizar a educação dos professores, tanto no pré-serviço quanto em serviço, com um currículo que prepare os professores para formar indivíduos com o conhecimento e as habilidades que eles precisam para o século 21. Isso demandará novas abordagens, inclusive ensino a distância (EAD) e tecnologias de Informação e Comunicação (T.I.C.).

12. Preparar planejadores da educação e conduzir pesquisas para aumentar as abordagens pedagógicas também contribui para os objetivos da EPT.

13. Abordagens EAD e T.I.C. apresentam oportunidades para ampliar o acesso a uma educação de qualidade, particularmente quando ‘Open Educational Resources’ são prontamente compartilhados por muitos países e instituições de ensino superior. (UNESCO, 2009 p.3).

Os Órgãos Internacionais tratam a educação como importante ferramenta para o desenvolvimento de uma nação. As propostas para a reestruturação da educação perpassam uma nova ordem mundial, considerando a necessidade de utilização de novas tecnologias para a formação como um todo. Portanto, neste processo de globalização a educação está em foco para a estruturação do capital financeiro mundial.

A educação passa a ser o cerne da questão deste crescimento econômico dos países em desenvolvimento o que a aproxima do processo produtivo capitalista, passando a ter um papel na econômica mundial, pois pressupõe que a educação superior será o fator de aperfeiçoamento da mão de obra e com ela o avanço tecnológico da produção imposta pelo mercado de trabalho. O conceito de preparo de um cidadão crítico, reflexivo e preparado para o mercado de trabalho local dá lugar para a preparação de um cidadão que terá aptidões e perfil qualificado para a mão de obra necessária ao atual campo de trabalho:

Surgem novos perfis de qualificação de mão de obra. Inteligência e conhecimento parecem ser variáveis-chave para a modernização e a produtividade do processo de trabalho, como também capacidade de solucionar problemas, liderar, tomar decisões e adaptar-se a novas situações. (MELLO, 1998, p. 37).

Diante dessa estratégia, a ideologia neoliberal requer uma reestruturação em suas bases de sustentação, tanto ideológicas, quanto sociais, no sentido de que reproduzir o próprio modo de produção capitalista, o que CHAUÍ (1999) define como “universidade operacional”, o que significa:

- 1) eliminar o regime único de trabalho, o concurso público e a dedicação exclusiva, substituindo-os por ‘contratos flexíveis’, isto é, temporários e precários;
- 2) simplificar os processos de compras (as licitações), a gestão financeira e a prestação de contas (sobretudo para proteção das chamadas ‘outras fontes de financiamento’, que não pretendem se ver publicamente expostas e controladas);
- 3) adaptar os currículos de graduação e pós-graduação às necessidades profissionais das diferentes regiões do país, isto é, às demandas das empresas. Criado peça MP nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, Regulamentado pelos decretos 2494/98 e 2561/98 da LDB. Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007 11 11 locais (aliás, é sistemática nos textos da reforma referentes aos serviços a identificação entre ‘social’ e ‘empresarial’);
- 4) separar docência e pesquisa, deixando a primeira na universidade e deslocando a segunda para centros autônomos” (CHAUÍ, 1999: 6).

Assim, o processo educativo dá lugar para a preparação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho.

HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Considerando a história social da educação no Brasil, a partir da década de 1930, logo após o início da República, pode-se entender que o modelo educacional atual certamente levaria a este contexto, haja vista que, em relação ao Ensino Superior, diferentemente das Colônias Espanholas, no Brasil, não havia Universidades no início da república:

O Brasil constitui uma exceção na América Latina: enquanto a Espanha espalhou universidades pelas suas colônias – eram 26 ou 27 ao tempo da independência –, Portugal, fora dos colégios reais

dos jesuítas, nos deixou limitados às universidades da Metrópole: Coimbra e Évora. (TEIXEIRA, 1999, p. 29)

Ou seja, o Ensino superior, além de elitista, servia tão somente à metrópole e não às colônias. Além do que, no Brasil, o início daquele período sequer existia a educação básica. Somente em 1930, Anísio Teixeira inicia a reforma da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) brasileira com a finalidade de Institucionalizar a educação básica no Brasil, e, somente em meados de 1946, com a Constituição Federal, o formato do ensino tomou a forma como vemos hoje. Assim sendo, o atraso nas condições da educação no Brasil é visível e entendido como parte de um processo doloroso, considerando a extensão geográfica do Brasil e que estas reformas ocorreram de forma muito pontual até abranger todo o país. (FREITAS, 2009).

Em estudos realizados por Cunha (2007) pode-se perceber a trajetória da Educação Superior no Brasil, que em seu primeiro momento era restrito aos eclesiásticos em cursos de Teologia e Filosofia para fins de catequização na província. Somente em 1891 foi criado o Conselho de Instrução Superior, cuja função era fiscalizar e estabelecer normas e parâmetros para os cursos isolados de nível superior.

No século XIX, contudo, o Ensino Superior é focado na formação de mão de obra para o país. Como por exemplo, em 1808 é criada a Academia Real de Marinha e em 1810 a Academia Real Militar, que tinham a finalidade de elevar o nível de conhecimento e preparo dos servidores do Rei frente aos desafios militares. Nesta mesma época foi criada a Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia (CUNHA, 2007, p.91), e somente a partir de 1824 é que se tem notícia de cursos jurídicos no Brasil. Já o período da primeira República (1889-1930) foi marcado pelos cursos superiores livres, cursos particulares e a obtenção do diploma era considerada como forma de ascensão social. Por volta de 1915, com a expansão dos cursos superiores e o intuito de regulamentar o acesso ao Ensino Superior, foi criado o sistema de ingresso pelo concurso vestibular.

O modelo de educação da escola básica é jesuíta, ou seja, nem sequer avançou no modelo de uma educação voltada para formação de cidadãos críticos ou conscientes da sua condição de cidadão. Vários projetos sociais visam ainda à garantia da permanência do aluno na escola, como uma condição ainda desfavorável à educação.

Dentro da história da Universidade, 1964, durante a ditadura militar houve a necessidade da reforma universitária que contém a estrutura de universidade, tal qual como nos dias atuais, como a criação dos departamentos de ensino, o tripé da Universidade sendo o Ensino, Pesquisa e Extensão e a autonomia universitária. (FREITAS, 2009).

Vale lembrar também, que neste período as universidades passaram a ser objeto de uma ingerência do governo federal. Um grande número de professores foram afastados principalmente da Universidade de Brasília - UNB, na intenção de coibir as atividades de caráter “subversivo”, tanto de professores quanto de alunos.

Após um longo período de penúria, o Congresso Nacional aprovou a Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5540/68), tendo como principais alterações a substituição das antigas cátedras por departamentos e os exames vestibulares passaram a ser classificatórios, deixando de ser eliminatórios.

A pressão pelo aumento de vagas no Ensino Superior se tornou cada vez mais forte, o que fez ocorrer uma expansão do setor privado. Inúmeras faculdades aqui chamadas de Faculdades Isoladas foram criadas principalmente onde havia maior demanda, ou seja, em periferias das grandes metrópoles e em cidades de médios portes do interior dos estados mais desenvolvidos. Esta expansão ocorreu em comum acordo com o governo. Entretanto, grande parte do setor privado dependia de subsídios governamentais, que procuraram adaptar-se a algumas de suas orientações.

Segundo Soares (2002) em 1981, o país já contava com 65 universidades, sendo que sete delas com mais de 20.000 alunos. Neste mesmo ano, as faculdades privadas, somavam mais de oitocentos estabelecimentos privados, sendo que destes, duzentos e cinquenta com menos de 300 alunos. A autora também enfatiza que estas novas faculdades isoladas não eram *locus* de atividades de pesquisa, dedicando-se exclusivamente ao ensino.

Quanto ao desenvolvimento da área de pós-graduação, a princípio foi o setor público o responsável pelas suas atividades de pesquisa, modernizando um segmento importante do sistema universitário brasileiro.

A década de 1990 foi marcada por transformações do ensino superior. Segundo Martins (2002), o ensino superior passa a ser destinado também para a massa e não exclusivamente à elite.

Pesquisas da época observaram que estudantes, oriundos de famílias chamada classe média, representavam cerca de 12% dos matriculados em instituições privadas e 11% em instituições públicas. Famílias com renda a cima de 10 salários mínimos, ultrapassavam os 60% dos estudantes tanto no setor privado quanto no setor público.

Se por um lado, havia um contingente expressivo de estudantes de nível superior vindo de camadas de renda intermediária, é sabido também que os menos favorecidos não usufruem da igualdade de oportunidade de acesso ao ensino superior, seja ele público ou privado. Esta exclusão se dá não somente por falta de vagas, mas sim por problemas sociais e de deficiências do ensino básico.

O início da fragmentação educacional brasileira iniciou-se no governo de Fernando Henrique Cardoso (influenciado por instituições internacionais como

o Banco Mundial (BM)), segregando a divisão entre instituições de ensino e de pesquisa, foram criadas instituições não universitárias, majoritariamente privadas, passando a serem denominadas de Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos e Escolas Superiores – mantendo um modelo de educação superior pretendido pelos setores conservadores da sociedade (BENATTI, 2016 p. 147).

Esta fusão entre Estado e setor privado, teve como objetivo de combinar o crescimento econômico e os ganhos sociais ao mesmo tempo.

Nesta direção é que caminham os dois próximos governos brasileiros: o de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), colocando em prática os princípios definidos no governo anterior e as diretrizes do Banco Mundial e da UNESCO para a educação superior, direcionando a educação para a “sociedade do conhecimento” – a sociedade do século XXI (NEVES; PRONKO, 2008, p. 72), descaracterizando a educação para a formação humana, política, cultural, social e emancipatória. A normatização da educação superior se legitimou através do projeto de Lei nº 7.200 de 2006, propondo a Reforma da Educação Superior.

A abertura das faculdades privadas resultou num processo de mercantilização do ensino. Desde então, a educação superior tornou-se grande negócio lucrativo.

No Brasil, o fenômeno de mercantilização acentua-se no final da década de 1990, no bojo do processo de globalização e de disseminação das tecnologias de informação, e manifesta-se, conforme salienta Romualdo Oliveira (2009), por meio da oferta direta de cursos (presenciais e a distância), da produção de materiais instrucionais (livros, apostilas e softwares), do surgimento de consultorias empresariais responsáveis tanto pela assessoria de empresas educacionais no mercado financeiro quanto na gestão de recursos ao setor. (CARVALHO, 2013. P. 766)

Outra característica das instituições mercantis é que a maioria dos cursos ofertados é orientada para os negócios, sendo que esses evitam perspectivas teóricas que não sejam aplicadas e/ou relevante ao trabalho.

Uma modalidade que vem se destacando neste processo de mercantilização do ensino superior é a Educação a Distância (EAD).

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

A Educação a Distância surgiu no Brasil no século passado, por volta de 1904. Os primeiros cursos eram ofertados por escolas internacionais. Estas instituições ofereciam cursos pagos e por correspondência. O rádio também foi uma ferramenta fundamental para a difusão desta modalidade de ensino. Hoje a internet é a principal ferramenta da EAD.

A normalização da EAD aconteceu no Brasil em 1996, quando a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 “oficializa a era normativa da educação à distância no Brasil pela primeira vez, como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino. Pela primeira vez, na história da legislação ordinária, o tema da EAD se converte em objeto formal.” (COSTA; FARIA, 2008)

A EAD vem sendo conceituada como:

[...] uma atividade de ensino e aprendizado sem que haja proximidade entre professor e alunos, em que a comunicação bidirecional entre os vários sujeitos do processo (professor, alunos, monitores, administração) seja realizada por meio de algum recurso tecnológico intermediário, como cartas, textos impressos, televisão, radiodifusão ou ambientes computacionais (ALVES; ZAMBALDE & FIGUEIREDO, 2004,p.6)

Pós-normatização, a EAD alcançou uma grande expansão. Houve uma facilitação ao acesso às universidades através da nova modalidade. Outro fato relevante para o crescimento da EAD foi a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) pelo Ministério da Educação (MEC), no ano de 2005. A UAB foi criada com intuito de expandir a educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação.

Em 2017, o Ministério da Educação (MEC) apresentou um novo marco regulatório para o credenciamento de instituições e oferta de cursos de EAD, o Decreto nº 9.057/2017. A sua principal mudança permite que as Instituições de Ensino Superior se credenciem para ofertar os cursos EAD sem a necessidade de credenciamento para a modalidade presencial.

Outra mudança comemorada por este segmento de educação autorizada pelo MEC permite também que as instituições que já são autorizadas para EAD, criem pólos por ato próprio, desde que respeitem os

limites quantitativos fixados de acordo com o conceito institucional, ou seja, obtendo o conceito 3 já podem criar até 50 pólos EAD por ano, sendo o conceito 4 o número de polos pode subir para 150 unidades e as com conceito 5 até 250 unidades.

Um ano após esta publicação, este segmento apresenta uma expansão significativa. A Associação Brasileira de Mantedoras de Ensino Superior (ABMES), em parceria com a *Educa Insights*, demonstrou que além do crescimento da modalidade EAD no ultimo ano, é também apontada como uma das principais escolhas de boa parcela dos estudantes ao optarem por uma faculdade.

Segundo a média de projeção de crescimento, a expectativa é de que até 2023 o ensino superior à distância supere o formato presencial em todo o país.

Se por um lado a EAD facilitou o acesso ao ensino superior, por outro, questiona-se a qualidade atual do ensino superior, tanto na esfera presencial quanto a distância.

O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), divulgado pelo Instituto Paulo Montenegro (IPM) e pela ONG Ação Educativa, revela que entre os estudantes do ensino superior, 38% não dominam habilidades básicas de leitura e escrita. O indicador reflete o expressivo crescimento de universidades de baixa qualidade.

Segundo a diretora executiva do IPM, Ana Lúcia Lima, em uma entrevista para a revista EXAME (2012), afirma que "os dados da pesquisa reforçam a necessidade de investimentos na qualidade do ensino, pois o aumento da escolarização não foi suficiente para assegurar aos alunos o domínio de habilidades básicas de leitura e escrita.". A primeira preocupação foi com a quantidade, com a inclusão de mais alunos nas escolas", diz Ana Lúcia. "Porém, o relatório mostra que já passou da hora de se investir em qualidade."

Também enfatiza que o aumento foi bom, pois possibilitou a difusão da educação em vários estratos da sociedade. No entanto, a qualidade do ensino caiu por conta do crescimento acelerado.

Já a coordenadora-geral da Organização Não Governamental - Ação Educativa, Vera Masagão, também ressalta que o indicativo reflete a “popularização” do ensino superior porém sem qualidade.

PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.

Pereira (2017) discorre sua crítica ao modelo do Ensino a Distância (EAD) em razão da formação profissional do assistente social e a característica profissional de lidar com pessoas, e sendo assim, tal modalidade não compactua com uma formação acadêmica, primeiramente desenvolvida no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão e ainda a questão do estágio curricular que fica comprometido em função da própria modalidade de Ensino.

O discurso de ampliação de vagas certamente parte do pressuposto de que há necessidade de ampliação de mercado e a formação de intelectuais orgânicos, reforçando a sociabilidade com a necessidade de capital, segundo o pensamento de Gramsci. Assim esta acumulação do capital, a partir da década de 1970 influencia setores como espaço de acumulação, principalmente o setor de serviço educacional mercadológico, ou seja, a educação passa a ser um negócio e não mais uma formação profissional.

Certamente, o caminho adotado aqui no Brasil na construção da Universidade consiste em permanecer em um erro, que segundo Saviani (1991, p.77) “[...] a crise do ensino superior não está na Universidade, mas no modelo de universidade implantado a partir da reforma de 1968”. Este modelo entrou em crise; está em colapso.

A mercantilização do Ensino Superior sempre esteve presente, ora no início de sua criação quando o fator motivador era a geração de uma elite pensante, ora quando esta formação, a partir do próprio ensino médio partiu para os cursos profissionalizantes e a criação do sistema “S” (SESI, SENAI, SENAC) que explicitamente formam profissionais para a indústria sem a preocupação da formação acadêmica.

Portanto, o EAD vem como ampliação da força de trabalho, devidamente adestrada para a manutenção do capital, sendo que nos curso de Serviço Social pode interferir no desenvolvimento intelectual dos profissionais e não garantir uma formação crítica e qualificada. Sendo o Brasil um país capitalista dependente, este conglomerado amplia a educação, não como um direito, mas como um serviço educacional, sendo este crescimento proposto pelo próprio mercado e não pelo Estado.

Na década de 1930 a 1960 o Ensino Superior era restrito, e já na ditadura, por volta de 1964 houve o primeiro momento de expansão do Ensino Superior no Brasil, incluindo a reforma do ensino médio em 1971 para os cursos profissionalizantes e 1968 a reforma universitária. Desta forma o que se vê é o fortalecimento das empresas educacionais que à época tinham caráter familiar.

Na década de 1980 houve o Plano Diretor da reforma do aparelho do Estado, no qual o Estado tinha um núcleo estratégico, controle social com um sistema judiciário forte e um sistema fiscal e de segurança fortíssimo. O terceiro momento de expansão no Brasil ocorreu no Governo Lula e Dilma (2003-2016) com uma extensão da legislação e formação da posição do Estado enquanto regulador/avaliador do ensino (SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), e uma discreta alteração na destinação do fundo público que engloba os sistemas de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que possibilitou o ingresso de alunos do ensino público nas universidades Federais mediante a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Considerando estas manobras do Estado, pode-se observar que mais de 70% das matrículas no Ensino Superior estão localizadas no Ensino Superior Privado, sendo a estratégia do EAD uma forma de maximização dos lucros, pois professores cada vez menos valorizados, alunos sem contato com a questão crítica em sala de aula, ou seja, um estudo mecanicista para adequar o ensino à mão de obra mercadológica.

Observa-se que o Curso de Serviço Social, no período de 1995-2016 houve um crescimento de matrículas de 112% em escolas públicas, contudo 1411,2% em escolas privadas. Desta forma, o panorama para a profissão Serviço Social é assustador, pois a formação profissional do Assistente Social no Brasil, majoritariamente, está sendo oferecida pelas empresas educacionais, na modalidade presencial e também a distância. (FERREIRA, 2017). Esse fato traz significados preocupantes com a questão da formação e da identidade profissional. Significa que em pouco tempo a categoria poderá ter nova identidade profissional colocando em xeque o próprio Projeto Profissional do Serviço Social.

No âmbito do Serviço Social, é imprescindível a clareza e a compreensão quanto à relação entre a política educacional em curso e seus impactos para o processo formativo associado a enérgica ação das entidades de categorias denunciando o processo de desfiguração do projeto formativo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e de constituição de um perfil profissional condizente com uma política social centrada na focalização e regressiva quanto à garantia de direitos sociais.

A denúncia e articulação junto a outros sujeitos coletivos, no campo da Educação, Saúde e demais áreas, são de suma importância para o enfrentamento dessa hercúlea tarefa, visto o poderio econômico e político dos conglomerados educacionais presentes no país e seus óbvios objetivos quanto à expansão do EaD como fato e promissor mercado.

Considerações Finais

No decorrer da pesquisa, fica evidente que as duas últimas décadas foram fundamentais para a expansão do ensino superior no Brasil, em especial na esfera privada. No entanto, no setor público, nenhum investimento adicional foi previsto. Diante desta premissa, pode-se concluir que o avanço do ideário neoliberal principalmente nas políticas da educação superior brasileira, se consolida, ameaçando veementemente este nível de educação como um direito social, tornando-se um nicho de mercado altamente rentável.

As legislações aprovadas pelos últimos governos demonstram que o Brasil esta respondendo aos parâmetros internacionais de competitividade e democratização do acesso à educação superior como forma de se chegar ao emprego. Esta mudança tem alterado todo o sistema de ensino superior, em especial com o surgimento de gigantescas empresas monopolizadoras da educação (Kroton- Anhanguera, Estácio Participações, UNINOVE, entre outras), principalmente no sistema de ensino EAD, afetando fortemente as IES sem fins lucrativos das quais tem sofrido com a impiedosa concorrência, comprometendo a qualidade da educação ofertada em todas as suas dimensões – ensino, pesquisa e extensão.

Da mesma forma, em que esta monopolização solidifica a formação profissional oferecida pelos mesmos, se deteriora uma vez que se torna mera mercadoria empobrecida dos elementos essenciais a uma formação profissional qualificada.

Destaca-se aqui a formação profissional em Serviço Social, que pela lógica da EAD, que segundo BENATTI (2016), “que coloca em xeque as diretrizes curriculares de 1996 e o próprio projeto ético-político dos assistentes sociais, deflagrando uma situação de ameaça à qualidade da formação de novos e novas assistentes sociais”.

Ainda segundo a autora, a ABEPSS, gestão 2015-2016, preocupada com estas questões, coloca em seu planejamento para a gestão alguns desafios e ações fundamentais à resistência do sucateamento da formação profissional. Dentre eles pode-se citar a realização de reuniões e gestões junto ao CNE/INEP/MEC para discutir a qualidade do ensino na graduação, promover ações junto às universidades públicas para abertura de novos cursos de Serviço Social de graduação e pós-graduação, realizar debates nacionais sobre o tema, propor ações que qualifiquem a formação presencial dos cursos de graduação em Serviço Social, entre outros.

Referencias

ALVES, R. M.; ZAMBALDE, A. L.; FIGUEIREDO, C. X. **Ensino a Distância**. UFLA/FAEPE. 2004.

BELLONI, I. Breve Análise Comparativa da Nova Lei com a Legislação Anterior e o Projeto de Lei da Câmara. In: BRZEZINKI, I. (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2003. p.129-146.

BRASIL.INEP/MEC. **Cadastro Nacional das Instituições de Educação Superior**. Brasília, 2011.

BENATTI, L. P. S.; MUSTAFA P. S. Privatização e Precarização da Política de Educação Superior no Brasil – Impactos para a Formação Profissional em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

CARVALHO, C. H. A. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 54, jul./set. 2013

COSTA, K. S; FARIA, G. G. **EAD**: sua origem histórica, evolução e atualidade brasileira face ao paradigma da educação presencial. Disponível em: Acesso em: 20 junho de 2015.

CHAUÍ, M. A universidade operacional. **Revista Adunicamp – desafios da universidade pública**, Campinas: Associação de Docentes da Unicamp, ano 01, n. 01, p. 6-9, jun. 1999.

CUNHA, L.A. **A universidade temporã**: o ensino superior, da colônia à era Vargas. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

EXAME. Pesquisa revela baixa qualidade do ensino superior
Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/pesquisa-revela-baixa-qualidade-do-ensino-superior/>>. Acesso em: 31 maio 2018

FREITAS, M. C. de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cir. Bras.**, São Paulo, v.17, suppl.3, 2002.

MELLO, G.N. **Cidadania e competitividade**. São Paulo: Cortez, 1998.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

PEREIRA, L. D.; DE SOUZA, A. C. V.; FERREIRA, A. T. S. Ensino Superior mercantilizado e seus impactos para o perfil profissional de serviço Social. In: PEREIRA, L. D.; DA MOTTA, V. C. (Org) **Educação e Serviço Social: subsídios para uma análise crítica**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2017. p. 187-210.

SAVIANI, D. **Ensino Público e algumas falas sobre Universidade**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Polêmicas do nosso tempo).

_____. **Do senso comum à consciência filosófica**. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

_____. A Expansão do Ensino Superior no Brasil: Mudanças e Continuidades. **Póiesis Pedagógica**, v.8, n. 2, p. 4-17, ago./dez.2010.

SOARES, Maria Susana Arrosa. (Org). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: UNESCO, 2002

TEIXEIRA, A. **Educação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

UNESCO. II Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009 **As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social** (UNESCO, Paris, de 5 a 8 de julho de 2009).

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192>. Acesso em: 31 maio 2018.